Revista Educação, Direito e Sociedade
ISSN 3086-2531

APRESENTAÇÃO
Direito Educativo: pluralidade e transformação

Luci Mary Duso Pacheco[1]

O presente dossiê reúne produções científicas vinculadas ao **XI Congresso Internacional e V Congresso Nacional de Investigação em Direito Educativo (CICNIDE)**, consolidando-se como um espaço privilegiado de sistematização e difusão de pesquisas que tensionam, ampliam e qualificam o campo do Direito Educativo. Em consonância com o espírito do evento — marcado pela internacionalização, pela pluralidade epistemológica e pelo compromisso com a justiça social — os textos aqui apresentados refletem a densidade dos debates contemporâneos sobre o direito à educação em suas múltiplas dimensões.

Abrindo o dossiê, **Emanuelli Coletti Barbosa** e **Roberto Carlos** discutem, em *"*Gestão escolar e educação em direitos humanos: quando a liderança transforma a cultura institucional*"*, o papel estratégico da gestão escolar na promoção de uma cultura institucional comprometida com os direitos humanos. Os autores evidenciam que a liderança educacional, quando orientada por princípios éticos e democráticos, pode reconfigurar práticas, fortalecer vínculos e consolidar a escola como espaço de garantia de direitos.

Na sequência, **José Enrique Moral García**, **Emilio Martinez Redecillas**, **Lucía Muñoz Jordán** e **Manuel J. De la Torre Cruz**, em *"Evolución histórica, jurídica y social del derecho a la educación en España: nuevos horizontes pedagógicos de enseñanzas activas e innovación docente"*, oferecem uma análise aprofundada da trajetória do direito à educação no contexto espanhol. O texto articula dimensões históricas, jurídicas e pedagógicas, destacando como as transformações normativas dialogam com propostas inovadoras de ensino, evidenciando tensões entre tradição e renovação no campo educacional.

A temática da inclusão ganha centralidade no trabalho de **Sabrina de Lourdes Faitanini Jacob** e **Roberto Carlos Ramos**, intitulado *"*A psicopedagogia como mediação

[1] Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, RS, Brasil; luci@uri.edu.br.

ISSN 3086-2531

para o direito à educação inclusiva no contexto do ensino superior". As autoras discutem a psicopedagogia como campo mediador capaz de responder às demandas da diversidade no ensino superior, propondo práticas que garantam não apenas o acesso, mas a permanência qualificada dos estudantes.

No campo das transformações demográficas e sociais, **Idio Fridolino Altmann**, **Ingridi Vargas Bortolaso** e **Charlene Bitencourt Soster Luz**, em "Educação continuada para formação de novas competências: uma alternativa para transpor o ageísmo", problematizam o preconceito etário e defendem a educação ao longo da vida como estratégia de inclusão, valorização e reconhecimento das pessoas idosas em contextos formativos e profissionais.

A reflexão sobre a formação jurídica é aprofundada por **Fernando Cezar Orlandi**, que, em "A formação jurídica em perspectiva humanista: análise documental das diretrizes curriculares nacionais e seus fundamentos ético-educativos", analisa criticamente os documentos orientadores da formação em Direito no Brasil, evidenciando a necessidade de integrar fundamentos éticos, humanistas e sociais na constituição dos futuros profissionais.

Na interface entre linguagem, cultura e aprendizagem, **Marcilene Muniz Monteiro** e **Lucí Teresinha Marchiori dos Santos Bernardi**, no texto "Direito educativo e os novos paradigmas da aprendizagem: o multiletramento em foco", discutem os multiletramentos como resposta às demandas contemporâneas, destacando a importância de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade cultural e os múltiplos modos de produção de sentido.

As transformações nas relações sociais mediadas pelas tecnologias são analisadas por **Rodolfo Ramirez** e **Maritza Carrera Pola**, em *"Repercusiones del phubbing en la convivencia familiar, escolar y laboral en el siglo XXI: una revisión de su impacto psicosocial"*. O estudo evidencia como o uso excessivo de dispositivos móveis impacta negativamente as interações humanas, trazendo implicações relevantes para o Direito Educativo, especialmente no que se refere ao direito à convivência e à qualidade das relações.

No campo da educação tecnológica, **Jean Carlos da Luz Pereira**, **Charlene Bitencourt Soster Luz** e **Paulo Fossatti** apresentam "Bancada de ensino de controladores lógicos programáveis", propondo uma experiência inovadora que articula teoria e prática na formação técnica, evidenciando a importância de metodologias ativas e de infraestrutura adequada para a qualificação da educação profissional.

ISSN 3086-2531

A discussão sobre inclusão e reconhecimento das diferenças é aprofundada por **Luciane Goergen Kobs** e **Adilson Cristiano Habowski**, em *"*Corpos que resistiram: o autismo como devir humano na travessia histórica do reconhecimento*"*. O texto propõe uma leitura crítica e sensível do autismo, deslocando-o de uma perspectiva patologizante para uma compreensão baseada na diversidade e nos direitos.

No âmbito das políticas públicas, **Silvia Regina Canan** e **Patricia Andrea Rauber Knorst**, em *"*ICMS Educação em Santa Catarina: entre indicadores e a gestão democrática*"*, analisam as relações entre financiamento educacional, indicadores de desempenho e gestão democrática, problematizando os limites e possibilidades dessas políticas na promoção da qualidade da educação.

A temática da inclusão linguística e cultural é abordada por **Camila Aguilar Busatta** e **Delcimar Filipin**, em *"*Importância da Libras para a construção da identidade da pessoa surda*"*, destacando a Libras como elemento central na constituição identitária e no reconhecimento dos direitos da comunidade surda.

No campo da formação docente, **Juliane Claudia Piovesan** e **Rosane de Fátima Ferrari**, no texto *"*PIBID e residência pedagógica: caminhos para a constituição do ser docente*"*, analisam programas de formação inicial como espaços fundamentais para a articulação entre teoria e prática, contribuindo para a construção da identidade profissional docente.

Por fim, **Elisabete Soares Peralta**, **José Lucas Marques Duarte** e **Julie Daniele Machado Rodrigues** apresentam duas contribuições que dialogam com práticas pedagógicas inovadoras. Em *"*Educação pela pesquisa como estratégia na EJA: um relato de experiência voltado para a aprendizagem e permanência dos estudantes*"*, destacam a pesquisa como princípio educativo capaz de promover engajamento e permanência. Já em *"*Entre cultura, corpo e educação: um relato de experiência sobre a brincadeira perna de pau no contexto escolar*"*, evidenciam a potência das práticas culturais corporais como dispositivos pedagógicos.

Ao reunir essas produções, o dossiê evidencia que o Direito Educativo se configura como um campo em permanente construção, atravessado por múltiplas agendas e desafios. Os textos aqui apresentados dialogam diretamente com as discussões realizadas no CICNIDE, reafirmando a necessidade de pensar a educação como direito fundamental, prática social e

ISSN 3086-2531

compromisso ético-político.

Assim, este dossiê não apenas registra o que foi debatido, mas projeta caminhos, provoca reflexões e convida à continuidade das investigações, fortalecendo redes de pesquisa e reafirmando o compromisso com uma educação mais justa, inclusiva e humanizadora.

Nesse sentido, as produções reunidas também nos instigam a refletir sobre os rumos do Direito Educativo frente às transformações contemporâneas, marcadas por profundas desigualdades sociais, avanços tecnológicos acelerados e reconfigurações nos modos de ensinar, aprender e conviver. Ao tensionarem práticas instituídas e evidenciarem novas possibilidades de ação, os textos apontam para a urgência de consolidar políticas educacionais mais equitativas, processos formativos mais sensíveis à diversidade e abordagens pedagógicas comprometidas com a emancipação dos sujeitos.

Por fim, este dossiê reafirma o papel da cooperação internacional e da construção coletiva do conhecimento como pilares fundamentais para o fortalecimento do campo. Ao congregar autoras e autores de diferentes contextos, experiências e perspectivas, amplia-se o horizonte de compreensão sobre o Direito Educativo, consolidando-o como um espaço de interlocução plural, crítico e transformador. Que estas reflexões inspirem novas pesquisas, fortaleçam práticas educativas comprometidas com os direitos humanos e alimentem o compromisso ético com uma educação que seja, efetivamente, um direito de todas e todos.